

Nosso futuro depende da educação



Arnaldo Niskier

Doutor em Educação, membro da Academia Brasileira de Letras e Presidente do CIEE/RJ.

“Para restaurar e reformar um povo, um só meio se conhece, quando não infalível, certo e seguro de que é a educação, no mais largo sentido.”

Lourenço Filho

A Educação de que o Brasil precisa, certamente, é prioridade nacional e requer a mobilização de todos aqueles que vislumbram um país melhor.

Devemos enfatizar o descontentamento com o quadro atual, que é de uma situação nitidamente precária. São necessários recursos apreciáveis para que se vivam os tempos de uma nova escola. Infelizmente, a crise do governo promove o corte de R\$ 9,4 bilhões do orçamento do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Como se poderá recuperar o tempo perdido em virtude dessas intempéries?

Por outro lado, há fatos incompreensíveis. A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República divulgou documento de 29 laudas, propondo uma nova ordem para o comando da educação brasileira. Sem entrar muito no mérito desta “invasão”, que nos parece absurda, ficamos com a convicção de que a reforma passa necessariamente pela liderança do Ministério da Educação, que tem a estrutura e a tradição de cuidar das vinte metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Aliás, metas quantitativas, que, em geral, costumam ser desconsideradas, o que configura uma injusta perda de tempo para a atual geração de educandos.

A produtividade do trabalho, muito baixa no Brasil, é também uma consequência da falta de políticas que procurem melhorar o desempenho da mão de obra no país. Isso se faz com o aperfeiçoamento da qualidade de ensino e de treinamento.

O mau desempenho dos estudantes brasileiros nas avaliações internacionais e os movimentos generalizados de greves de professores mostram a situação crítica do ensino no Brasil.

O resultado da maneira como o governo brasileiro vem tratando seus professores, alunos e funcionários veio na forma de números. Entre os 76 países avaliados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil ficou em sexagésimo lugar, à frente dos países sul-americanos Argentina (em 62º), Colômbia (em 67º) e Peru (em 71º), que fazem parte das 15 últimas posições. No topo da tabela, sem nenhuma surpresa, estão os países asiáticos: em primeiro lugar, Cingapura, seguido de Hong Kong e Coreia do Sul. Percebemos, no *ranking* deste ano, que nossa “Pátria Educadora” piorou: na última avaliação da OCDE, o Brasil estava na 58ª posição. A perda de dois lugares na lista pode parecer insignificante, mas não é: o Brasil ficou entre os países com pior desempenho na avaliação,

atrás da Tailândia (47º), do Irã (51º), da Malásia (52º) e dos vizinhos Chile (48º) e Uruguai (55º).

O aumento da produtividade do trabalho, assunto reiterado pelo ministro da Fazenda Joaquim Levy, não vai acontecer espontaneamente, sem políticas específicas para isso.

Políticas públicas

Discute-se, hoje, no Brasil, o que são políticas públicas. Há uma plethora de significados, o que é compreensível, dada a diversidade cultural do nosso país. Uma coisa é certa: o emprego dos recursos financeiros disponíveis, que ainda são escassos, se faz de forma confusa. Querem um exemplo?

Nada menos de 21 estados brasileiros deixaram de aplicar R\$ 1,2 bilhão no ensino básico, em 2009. A acusação é do Ministério da Educação. Esses recursos não foram repassados ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Foram desviados para outras atividades, possivelmente menos prioritárias.

Não é pouco dinheiro: no Rio, foram R\$ 28 milhões, mas, em São Paulo, a irregularidade foi superior a R\$ 600 milhões. Se isso acontece e é denunciado publicamente, pode-se inferir que a perda é da própria educação, no seu conjunto, pois estremece a convicção de que a principal prioridade do nosso país estaria isenta de equívocos lamentáveis.

As políticas públicas devem ser transparentes, para que sejam apoiadas de forma total, numa representação do que chamamos de vontade política de corrigir os rumos de um setor que, atavicamente, sempre recebeu críticas, desde os primórdios do Brasil. Quando foi candidato à Presidência da República, no início do século passado, Ruy

Barbosa já reclamava do elevado número de analfabetos existentes. Se ele voltasse à vida e à política, hoje, o seu discurso seria atualizado somente em relação aos números.

Estratégias, táticas e ações que configurem o planejamento a médio e longo prazos requerem mudanças que ainda estão longe de acontecer. Quando citamos desenvolvimento de competências, gestão integrada ou gestão corporativa, para o devido compartilhamento de tarefas, na discutida relação ensino-aprendizagem, parece que atraímos expressões de outro planeta. É natural que o resultado desse atraso secular seja a reduzida satisfação de alunos e professores, comprometendo a necessária fidelização dos mesmos às escolas em que atuam. Vestir a camisa passou a ser expressão somente do futebol, mas deve valer também para o mundo da educação, com vistas aos seus resultados. A má qualidade da educação pública opera a favor da condenável desigualdade social.

Novas abordagens

As escolas e os professores não podem renunciar a suas responsabilidades de promover as oportunidades, o envolvimento e a inclusão dos jovens no mundo altamente especializado da comunicação, da informação e da inovação. Novas abordagens à aprendizagem demandam novas abordagens ao ensino.

Não é preciso recorrer aos clássicos para elogiar o Art. 205 da Constituição de 1988:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da

sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Na prática, no entanto, a realidade é bem distinta. Se a educação é direito de todos, como poderemos nos conformar com a existência de 14 milhões de analfabetos adultos (acima de 15 anos de idade)? Essa não é a única brecha do sistema nacional, pois há muitas outras, como a baixa qualidade do Ensino Fundamental, a desorganização ampliada do Ensino Médio, as agruras do Ensino Superior e, talvez, a principal delas: o mau funcionamento dos cursos de formação de professores, além da baixa remuneração do magistério em termos nacionais.

Alguém argumentará que nem só de problemas vive a nossa educação. É certo que temos uma pós-graduação de alto nível, mas até esta pode ter sua qualidade afetada, com a introdução do discutível sistema de cotas.

O direito à educação está complementado na Lei nº 9.394/96, em que estão estabelecidas as diretrizes e bases que devem nortear a maior das nossas prioridades. Segundo dizia o acadêmico Darcy Ribeiro, “a LDB mostra que a educação vai mal e precisa de medidas salvadoras, nos três níveis de ensino”.

Muita esperança foi depositada no atual Plano Nacional de Educação, com validade até 2020, para que sejam efetivadas as suas vinte metas essenciais. Mas não se tem certeza de que aí resida a solução de tudo, a começar pelo fato de o PNE ter sido iniciado com três anos de atraso, o que dá bem a dimensão da forma como tratamos a educação no Brasil.

Como se forja uma liderança

O professor, muito além de letras e números, transmite valores. Na escola, o aluno aprende a pensar. Esta é a sua função essencial: desenvolver a inteligência reflexiva. Ao focar a ética, é impossível dissociá-la da educação e da qualidade da escola. É também função da escola desenvolver o potencial de liderança que existe em todo ser humano.

A sociedade do conhecimento é uma sociedade de aprendizagem. O sucesso econômico e uma cultura de inovação contínua dependem da capacidade de atualização socioeducativa. A era atual não funciona mais a partir da força das máquinas, mas a partir da força do cérebro, do poder de pensar, de aprender e de inovar. Devemos trocar a educação conteudística, marcada pelos “decobas”, por uma educação comportamentalista, que envolve, basicamente, a formação do caráter dos jovens, transmitindo tanto conhecimentos, quanto comportamentos éticos, práticas sociais e habilidades gerais.

A tradição educativa ocidental tem determinado uma educação voltada para o saber cumulativo de conteúdos, intimamente ligado ao comportamento verbal dos professores, em que a preocupação maior é a obtenção de grau quantitativo e não qualitativo.

O grande problema das organizações atuais é a relação fragmentada do poder. No caso da organização escolar, as lideranças dispersas em ilhas formam um arquipélago organizacional, onde cada um cumpre burocraticamente seu papel.

Esse modelo de escola já não nos leva a uma aprendizagem efetiva, pelo fato de estar em desarmonia não só com as mudanças de comportamento social, mas também com os avanços tecnológicos. Se o professor não estiver atento à estrutura cognitiva e emocional

do aluno, o aprendizado fica comprometido. Segundo especialistas, conhecer o funcionamento do cérebro contribui para o rendimento dos estudantes.

Pesquisas recentes revelam que a neurociência potencializa a inteligência dos alunos. O professor precisa trabalhar a mesma informação de modos diferentes, buscando as individualidades e tornando as aulas atraentes. Para prestar atenção em algo, o cérebro está sempre lutando contra pensamentos e elementos visuais que dispersam. É preciso buscar melhores caminhos para a assimilação de informações, reforçando a necessidade de se combater um modelo de ensino que reduz a aprendizagem à memorização de conteúdos.

Não por acaso, vemos professores investindo em práticas ligadas à música e à dramatização em suas aulas. Os ritmos e sons abrem muitas conexões para a memória de longo prazo, que é a que fixa a aprendizagem.

O professor é o agente educacional básico. É ele quem interage com o aluno quase o tempo todo. Por paradoxo, o magistério, em geral, não recebe a consideração merecida e, por frustração, reage inconscientemente, adotando atitudes incompatíveis com as suas funções.

Entre essas, é marcante o uso incorreto do poder, em que se posiciona como detentor absoluto do conhecimento, exercendo-o com autoritarismo. Nesse sentido, torna-se um disciplinador. Quer ser ouvido, não ouvir.

As escolas não são máquinas de ensino. O papel de liderança do professor é fundamental para reverter a situação mecanicista que ainda predomina em nossas salas de aula. Mas, para isso, é necessária a mudança na cultura organizacional, criando-se um clima motivador

à participação e à criatividade. Uma escola competente integra lideranças e motivações. Cria uma cultura de participação e criatividade. Está aberta à comunidade, a intercâmbios enriquecedores, às vivências de situações-desafio.

A incompetência camuflada em exteriorizações burocráticas de poder acadêmico formal é fonte de insucessos. Todos têm condições de exercer influência na construção do bem coletivo – dirigentes, professores, orientadores, auxiliares, alunos e pais. A integração sistêmica desses personagens no contexto pedagógico-organizacional é relevante à sinergia e aos resultados.

Produtividade

Falta produtividade à economia brasileira. E isso depende basicamente de uma educação de qualidade, objetivo que deve ser de toda a nossa sociedade. Quando se afirma que universalizamos o Ensino Fundamental, não deixa de ser verdade, mas com uma lamentável ressalva: falta qualidade ao ensino.

No caso do Ensino Médio, com metade dos nossos jovens fora da escola, o problema se agrava. Não é seguramente nas ruas que eles formarão a sua personalidade. Todos concordam que é preciso ter um novo e revolucionário Ensino Médio, em nosso país. Como também é inadmissível manter o Ensino Superior com o quadro atual de baixos salários e greves sucessivas. Quando um sistema escolar faz uma greve de mais de 90 dias, sacrificando o ano letivo, algo nos diz que estamos vivendo uma crise de imensas proporções.

Melhorar as condições de vida dos professores é uma preocupação que deve ser prioritária, não só nos discursos oficiais. E valorizar a ética ou moral seria um complemento de primeira ordem.

Quando tocamos em ética, vale a pena lembrar a visita ao país em que hoje ela se coloca em primeiro lugar. Trata-se da Finlândia, considerada a nação mais transparente e com a melhor educação do mundo.

A pesquisa de um organismo da ONU colocou-a em primeiro lugar, com nota dez. Lá, não existe o menor resquício de corrupção. Todas as crianças têm direito ao mesmo ensino, os professores são estimulados, reconhecidos e bem remunerados. O segundo lugar é da Suécia, e o terceiro lugar é da Noruega. Parece que a região escandinava está vacinada contra o mau comportamento dos seus dirigentes e políticos, o que infelizmente não acontece no Brasil, que tirou o quadragésimo lugar, com 3,9 pontos.

Fiquei espantado que, na Finlândia, também se estude latim, no segundo e terceiro graus. A explicação foi dada pelo embaixador Asko Numminen: “Estudamos latim porque temos compromissos com a cultura clássica”. Há aulas de latim até pelo rádio. Na Finlândia, não há nenhum analfabeto. Todas as escolas são públicas, e, nelas, há serviços de saúde e alimentação gratuitos. E todos os seus 135 mil estudantes universitários estão conectados à internet, podendo obter informações preciosas no mundo inteiro. Em nenhum outro país se alcança essa proporção. Eles estão, com toda certeza, vivendo na plenitude a sociedade do conhecimento.

Nada prejudicou esse comportamento, nem os 650 anos em que o país esteve sob o domínio da Suécia, nem porque, por igual período, e de forma bem mais violenta, esteve sob o jugo da Rússia. Assim, a sua independência é relativamente recente, dela tendo nascido a inspiração do poema épico *Kalevala*, que tem para eles a importância que existe para nós em *Os Lusíadas*.

Tanto progresso, na terra de Sibelius e Paavo Nurmi (ganhou nove medalhas de ouro em duas Olimpíadas), não pode ser obra do acaso. Nem pode ser explicado pelo frio que faz no país dos mil lagos. O segredo foi a priorização do país na educação.

Não basta dar educação para todos e badalar como um grande feito. É um dispositivo constitucional, que não impediu o Brasil de ter ainda tantos analfabetos e manter um abominável tratamento salarial aos seus professores e especialistas. Quando isso for tratado de forma séria, poderemos ter uma esperança verdadeira de educação para todos – e de boa qualidade.

Temas transversais

A transcendência (sua luz é a fé), a ética e a solidariedade devem ser propagadas nos lares e nos templos religiosos, de forma prioritária, o que não impede que algo se faça também nas escolas, como desejam 60% dos alunos pesquisados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que defende o ensino religioso de caráter não confessional. Assim, é possível dar à religião (do latim *religare*) o sentido etimológico de relação dos homens com o Todo-Poderoso ou dos homens entre si, pelos laços da fraternidade.

Devem ser incluídos nos currículos, sem fugir da realidade de cada escola, ética, saúde, orientação sexual, meio ambiente, trabalho e consumo e pluralidade cultural. São os chamados temas transversais.

Os objetivos educacionais deverão priorizar a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico dos jovens, em particular, e de todos nós, em geral.

Os avanços tecnológicos nos dão a medida exata de que a memorização de conhecimentos é, atualmente, injustificável, pois o próprio conhecimento é rapidamente superado por outro mais novo, tornando velho e obsoleto aquilo que se aprendeu ontem. O que devemos esperar é que os estudantes desenvolvam competências básicas que lhes darão condições de continuar aprendendo e transferindo seus conhecimentos para situações reais do dia a dia de suas vidas.

A democratização do espaço escolar

Quando se toca na necessidade de democratizar o espaço escolar, imediatamente nos vem à mente o fenômeno que ocorre com as bibliotecas escolares. São poucas e, em geral, mal servidas. Há 15 milhões de alunos da educação básica que não têm acesso, no Brasil, a qualquer tipo de biblioteca, mesmo as mais modestas que existem nas chamadas “salas de leitura”.

Para Anísio Teixeira, a educação é um bem que não pode ser negado, fazendo parte da formação do ser humano, de fato, um direito.

Lourenço Filho, um mestre em administração escolar, dizia que, “para restaurar e reformar um povo, um só meio se conhece, quando não infalível, certo e seguro de que é a educação, no mais largo sentido”.

“Os homens se educam entre si”

Sem qualquer preocupação cronológica, vem-nos à mente a importante figura de Paulo Freire, que chegamos a conhecer pessoalmente. Para ele, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Ele ia além, com os seus projetos que ganharam o mundo, de alfabetização de adultos,

afirmando que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Por suas ideias avançadas, Paulo Freire foi bastante perseguido. Ao voltar do exílio, aplicou os seus conhecimentos na direção da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, quando teoria e prática se deram as mãos.

O “Manifesto dos pioneiros”

Deve-se dar destaque especial a um momento do país em que se reuniram especialistas para elaborar o famoso “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Foi em 1932, com o preâmbulo de que “na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobrepõe em importância e gravidade ao da educação”. Redigido pelo acadêmico Fernando de Azevedo, contou com a assinatura de 26 especialistas, criando uma base filosófica que se estendeu ao longo do tempo.

A verdade é que o Manifesto denunciou, em plena Era Vargas, que a oportunidade de acesso à educação era privilégio de uns poucos.

Foi um movimento renovador, que abordou questões como laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação, tentando colocar todos no mesmo pé de igualdade, como direitos do indivíduo, considerando o que já ocorria em nações mais desenvolvidas.

A educação nova deveria ter como fundamento a descentralização administrativa, levando a todos uma educação espontânea, alegre e fecunda, em íntima conexão com a região e a comunidade. Isso só poderia ser alcançado se houvesse uma mudança radical e profunda, como queria Alberto Torres: “A instrução pública não tem sido,

entre nós, senão um sistema de canais de êxodo da mocidade do campo para as cidades e da produção para o parasitismo”. Isso tudo deve ser pensado à luz dos mais de oitenta anos decorridos, desde a divulgação do Manifesto.

Seria um apelo à criatividade do aluno, desde o jardim de infância até a universidade, esta então voltada exclusivamente para as profissões liberais (engenharia, medicina e direito), quando era necessário alargar horizontes científicos e culturais, como se pede ainda hoje.

Criticou-se a falta de preparação profissional dos professores, apelando-se para a verticalidade e a cultura, o que só seria possível obter se os estudos fossem feitos em nível superior.

Como ensinar

Para o educador cearense Lauro de Oliveira Lima, autor de livros importantes, “deixar uma classe ouvindo discursos não é só uma crueldade: é um atentado às conquistas definitivas da psicogenética. Classe não é auditório para os alunos e tribuna para o professor. É oficina em que se pensa, debate, manipula, pesquisa, constrói. Meditar é a forma mais sublime, a atividade específica do ser humano. Meditar, não decorar. Refletir. Ensinamos a nossos alunos como se fossem animais. Como se não tivessem razão”.

Segundo o pesquisador José Arthur Rios, falta à nossa educação “um sentimento de sacralidade”.

Mais recentemente, encontramos em Viviane Mosé uma entusiasta de novos tempos para a educação. “Nosso modelo está fundado na passividade e na repetição. Não a criatividade, a inteligência viva, mas

o bom comportamento, a disciplina, a ordem.” Assim, segundo ela, “a escola acabou tornando-se um espaço afastado das questões que movem a vida das pessoas, dos desafios da sociedade. Não formamos pessoas, mas fragmentos desconectados, especialistas desvinculados das grandes questões humanas, planetárias. Temos de ter uma escola que incentive os alunos a descobrir seus próprios talentos”.

Como se vê, o direito à educação é amplo, mas esbarra numa prática ainda precária.

Não adianta entupir a cabeça dos alunos com uma quantidade inacreditável de disciplinas (24, em alguns casos), o que levou o Estado de Goiás, por exemplo, que ficou com a nota de 3,8, a reduzir esse número para 14, preenchendo o restante do tempo com assuntos de interesse específico dos jovens, em geral matérias úteis aos exames vestibulares. São Paulo e Rio Grande do Sul, que só perdem para Goiás, seguiram essa mesma trilha, criando condições para a existência de uma escola mais atraente. Isso certamente levará esses estados a reduzir o incrível índice de evasão existente no Ensino Médio. É inadiável a necessidade de uma rápida mudança nesse nível de ensino.

Educação a distância

Com o surgimento de modernas técnicas, e também com a massificação da internet, virou moda um novo nome na área: educação a distância (EAD). Vale lembrar que no exterior a chamada universidade virtual conquistou seu espaço desde a década de 1970. Na Inglaterra, por exemplo, a EAD é uma realidade, e a Open University tem o respeito de todos.

No Brasil, somente em meados da década de 1990, com a reforma realizada na implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), a educação a distância passou a ser reconhecida oficialmente.

Estamos vivendo em pleno mundo digital. Embora ainda existam bolsões de pobreza, a verdade é que, de vinte anos para cá, a internet comercial é uma realidade, hoje com cerca de três bilhões de navegantes. Ter um celular passou a ser um direito humano para cerca de 5,2 bilhões de pessoas, que representam três quartos do mundo.

A esse incrível número correspondem empresas que valem US\$ 2,4 trilhões na Bolsa de Valores de Nova York. A internet continua a crescer, inclusive porque Google e Facebook têm projetos sociais de implantar a benfeitoria em regiões carentes. É uma forma de valorizar o que entendemos por direitos humanos universais.

Deve-se assinalar que o mercado de vídeos também cresce de modo expressivo, parte em virtude da expansão do Facebook. A rede social contabiliza cerca de quatro bilhões de filmetes vistos diariamente, o que dá bem a dimensão da importância desse meio de comunicação. Vídeos são vistos em celulares, registrando um fenômeno novo em escala mundial: são telas verticais e móveis. Há vinte anos seria pouco provável que se pensasse nessa possibilidade.

Com a necessidade de atendimento educacional, sobretudo em países socialmente desfavorecidos, esses novos mecanismos abrem perspectivas de democratização de oportunidades como jamais se viu. Assim, pode-se ligar a internet a uma escala planetária de ofertas, valorizando o conceito de direitos humanos.

A que se devem agregar as potencialidades da modalidade de educação a distância, hoje, em plena expansão, pois se trata de um fator

reconhecidamente barato e eficaz. A EAD se vale dos avanços científicos e tecnológicos e tende a um crescimento explosivo, mesmo em nações subdesenvolvidas, onde as inovações custam mais a chegar, mas acabam se beneficiando também do progresso.

No Brasil, a EAD está vencendo preconceitos iniciais e conquista cada vez mais estudantes. Hoje, o número chega a 1,1 milhão de matriculados. Há 1.200 cursos a distância no país, e a alta nos vestibulares é bastante significativa: cresceu 80% nos últimos dois anos. A modalidade atrai um número cada vez maior de adeptos, embora a maioria pertença ao ensino privado (cerca de 60% do total).

O que se tem a lamentar é que, com o ajuste fiscal do governo para este ano, a Universidade Aberta do Brasil vai receber somente R\$ 417 milhões dos R\$ 800 milhões previstos.

Com o corte de metade do orçamento, um dos principais programas federais de formação de professores ficou muito prejudicado. Completando dez anos, o programa compõe-se de 95 instituições de ensino que oferecem cursos de graduação e pós-graduação na modalidade de ensino a distância (EAD), com polos em 700 municípios.

O governo federal lançou, no ano passado, um edital que previa a abertura de 45 mil novas vagas para o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), no segundo semestre de 2015. Nenhuma foi preenchida, por falta de recursos. Algumas universidades, como a UFU (de Uberlândia) e a UnB (de Brasília), abriram processo seletivo, mas tiveram de cancelar, quando perceberam que não havia garantia financeira dos cursos. Em outras instituições, como a UFSC (Santa Catarina), as aulas do segundo semestre foram suspensas para todos os cursos, por falta de verbas.

Há uma convicção generalizada de que é preciso melhorar a qualidade do ensino a distância e, nisso, os nossos mestres estão vivamente empenhados.

Hoje, com o avanço tecnológico, os alvos da EAD passaram a ser os indivíduos que já estão inseridos no processo produtivo, com faixa etária acima dos 25 anos e problemas de tempo ou geográficos, para frequentar uma faculdade regular. São também gerentes de bancos ou de supermercados, por exemplo, que se matriculam nos cursos de educação a distância, com o objetivo de melhorar o desempenho em seus trabalhos. E sem a necessidade de abandono de emprego ou de afastamento da família.

O esforço para integração de plataformas deve incluir *softwares*, equipamentos e serviços de telecomunicações. Há diversas experiências em andamento, a partir de autorizações do Conselho Nacional de Educação. Mas o número ainda é pequeno para as imensas necessidades pedagógicas do país.

A moda é citar a inclusão social, de que a digital obviamente é parte. Com o avanço da “gamificação” nas escolas brasileiras, sobretudo as particulares, é possível melhorar a qualidade do ensino, especialmente em matérias como a matemática. Os jogos são muito úteis para ministrar conhecimentos de álgebra e geometria, por exemplo. É um aspecto lúdico que não se deve deixar de considerar.

Cerca de 25 milhões de brasileiros com mais de 16 anos têm acesso à internet, mas devemos pensar que somos uma população superior a 204 milhões de habitantes. Ainda é pequeno o índice dos que têm esse privilégio, mais adstrito a escolas particulares, tornando bem visível o fosso entre incluídos e excluídos digitais, no quadro geral de pobreza do país.

Professores

Todos sabemos que os cursos de Pedagogia estão ultrapassados. Surgiu uma luz nesse processo com a aprovação da Resolução nº 2, de 2 de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação (CNE), referente aos cursos de licenciatura. Eles passam a ter, no mínimo, 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, oito semestres ou quatro anos. Além disso, terão 400 horas de prática como componente curricular e 400 horas dedicadas ao estágio supervisionado.

Ao longo do processo, deverá ser garantida uma efetiva e concomitante relação entre teoria e prática. Espera-se que o CNE possa, agora, debruçar-se sobre a indispensável reforma dos cursos superiores de Pedagogia.

Temos, no Brasil, cerca de três milhões de professores empregados (quase 500 mil no Ensino Superior), com a média salarial de US\$ 700 na educação básica, o que é muito pouco.

Devemos valorizar a atuação dos professores e especialistas, não só aperfeiçoando os seus cursos de formação, como remunerando adequadamente esse serviço fundamental para o crescimento do país. Será sempre difícil estimular os jovens da classe média a escolher o magistério, com salários que são reconhecidamente dos mais baixos do mundo. A estimativa é de que, nos próximos cinco ou seis anos, possamos triplicar os números atuais. E, ainda assim, estaremos abaixo de nações como as que foram batizadas de “desenvolvidas”.

Só o aumento de salário do magistério, porém, não resolve. Afinal, o dinheiro no fim do mês, sozinho, não transforma um professor despreparado num mestre eficiente.

A formação de educadores, sejam ou não tecnólogos, passa hoje pela dimensão técnica, a dimensão humana, o contexto político-econômico e a parte de conhecimentos a serem transmitidos, tudo isso resumindo no que se pode chamar de aquisição de competência. Esta abrange necessariamente:

- o saber e o fazer;
- a teoria e a prática;
- os princípios e processos da tecnologia educacional.

O tecnólogo deve ser um novo tipo de educador, cuja capacidade de ação esteja baseada em processo científico. Submeter o aluno simplesmente a uma exposição cultural não é suficiente. Esse novo educador deve ter o domínio dos aspectos técnico-pedagógicos dos currículos e da metodologia.

Muitos perguntam se o tecnólogo é um psicólogo, um analista de sistemas ou um comunicador. Os críticos radicais, que não admitem alternativas para os problemas, consideram a tecnologia educativa uma forma de subordinação desses problemas a uma visão econômica. Para eles, isso significa que a preparação de recursos humanos, via tecnologia, a curto ou médio prazos, os levaria a integrar-se aos meios de produção, com perda de visão do aspecto humanista da educação.

Atualmente, há um consenso do que seja um tecnólogo educacional. Enquanto um técnico dá ênfase à produção e usa métodos que não se adaptam à educação, o tecnólogo da educação precisa dispor de uma boa formação em humanidades, preparado para integrar novas técnicas a seu trabalho, em termos de atitudes, conhecimento dos meios de comunicação e suas possibilidades e ainda conhecimento

dos objetivos didáticos. Ele trabalha com as circunstâncias, a partir de um diagnóstico de necessidades que precisam ser satisfeitas.

No Brasil, o termo “tecnólogo” parece estar destinado a egressos de cursos de Matemática Aplicada à Informática, Engenharia de Computadores, Comunicação e outros semelhantes, o que se constitui em uma concepção distorcida das possibilidades da tecnologia da educação. A multiplicidade de cursos relacionados com as áreas de Informática e Comunicação não resolve o problema dos nossos analfabetos adultos nem as carências em outros setores.

Há ainda certa resistência, nos cursos de Pedagogia, quanto à adoção de tecnologias educativas em seus currículos. Para uma educação transformadora, à altura do Brasil do tempo presente, a didática tradicionalista nada mais tem a introduzir. Já para atender a um compromisso pedagógico mobilizador, a tecnologia educacional pode ser a alavanca impulsionadora de que precisamos.

Nas escolas, o tecnólogo é visto como um usurpador das prerrogativas do professor. Este pode rejeitar o tecnólogo por ignorância ou por medo de inovação. Ou ainda, pode julgar-se um tecnólogo, porque admite o uso do computador para ensinar o aluno a fazer contas. Como é mais interessante mexer com teclas do que com a cabeça, os alunos gostam mais, e o professor não tem necessidade de esforçar-se tanto.

Temos 280 mil professores universitários, e o total de doutores não passa de 20% desse número. Deve-se abrir caminho para a EAD, que poderia ser fundamental nesse processo de conhecimento novo.

Nuvem de livros

Emprego e educação de qualidade compõem um binômio essencial para o crescimento brasileiro. É um fator que, dependendo da conjuntura internacional, pode alavancar o nosso progresso, desde que saibamos aproveitar as janelas que se abrem.

Precisamos, é certo, ampliar significativamente o ensino profissionalizante. As tentativas anteriores foram frustrantes, como no caso da equivocada Lei nº 5.692/71.

Hoje, há uma perspectiva altamente favorável, com a implantação de projetos de educação a distância, a partir da Lei nº 9.394/96. A modalidade se abre também para o Ensino Básico e foi essa percepção que levou o publicitário Jonas Suassuna, com a sua reconhecida criatividade, a propor a adoção da “aprendizagem suplementar”. O que seria esse projeto?

No largo espaço existente entre o Ensino Médio e o Superior, também chamado pós-secundário, poderiam ser oferecidos cursos com certificados de formação profissional e apoio na educação a distância. Seriam criados polos presenciais em todo o território brasileiro, para dar assistência pessoal aos interessados, que, depois de inscritos em instituições autorizadas, receberiam os seus *kits* em casa, para estudar de acordo com os próprios ritmos de aprendizagem. Em prazos determinados, poderiam comparecer aos polos para tirar dúvidas. As provas seriam feitas de modo presencial, após o quê seriam entregues os certificados aos alunos, com os quais poderiam ter acesso imediato ao mercado de trabalho.

Seriam cursos profissionalizantes em áreas distintas, como a informática (técnicos), hotelaria, administração, educação ambiental,

construção civil, construção naval, petróleo e gás etc. Ao mesmo tempo, as instituições credenciadas, que poderiam fazer convênios com entidades como Senai, Sesc, Sebrae e outras do gênero, estariam aptas, com o emprego da inclusão digital, a oferecer cursos de Matemática elementar (todo o conteúdo do Ensino Básico) ou de Português, onde são assinaladas as nossas maiores carências. Como reforço à sugestão, esses alunos teriam direito a utilizar os recursos da biblioteca virtual chamada Nuvem de Livros, na qual, hoje, é possível acessar cerca de 30 mil publicações do maior interesse da clientela, a um custo simbólico de R\$ 6 mensais.

Para finalizar, vale ressaltar os extraordinários avanços dessa iniciativa, em território brasileiro (também expandido para o México e a Espanha). Com a colaboração da operadora Vivo, hoje são oferecidos a quase 2,5 milhões de brasileiros os serviços da Nuvem de Livros. Basicamente, essa importante porta de entrada para o fascinante mundo do conhecimento oferece aos seus assinantes, por módica quantia, livros de excelentes editoras, que podem ser acessados livremente, por intermédio da senha adquirida.

Mas ainda estamos diante da triste realidade de que 15 milhões de estudantes brasileiros não dispõem, em suas escolas, de uma simples biblioteca. Sinal de pouco caso, por parte das autoridades responsáveis, que parece se contentar com uma educação de segunda classe.

É desejável o comportamento ético, baseado nos princípios do direito, a começar desde cedo na escola. Esses fundamentos precisam ser ministrados objetivamente, não necessitando figurar nessa ou naquela disciplina, mas sendo parte de uma preocupação geral de todos os professores, responsáveis pelo fenômeno, talvez mais importante, da relação ensino-aprendizagem: o exemplo. Um verdadeiro professor, mais do que ensinar, tem como missão inspirar.

Bibliografia

MOSÉ, Viviane. *A escola e os desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

NISKIER, Arnaldo. *A crítica da educação básica*. Rio de Janeiro: Europa, 2015.

_____. *História da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Europa, 2011.

VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2013.

Palestra pronunciada em 1 de setembro de 2015